



ATA-RELATÓRIO N.º 8

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM DE RECRUTAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE UM
POSTO DE TRABALHO DE TÉCNICO SUPERIOR (ECONOMIA/CIÊNCIAS ECONÓMICAS) DA
CARREIRA GERAL E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL DO PERÍODO EXPERIMENTAL

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, definiu os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, e, bem assim, estabeleceu, complementarmente, o regime jurídico-funcional aplicável a cada uma das modalidades de constituição da relação jurídica de emprego público.

Por seu turno, a Secção II, do Capítulo II, do Título II, da LTFP, com a epígrafe «Formação do vínculo», consagra um período experimental que corresponde ao tempo inicial da execução do contrato e destina-se a comprovar se o trabalhador possui ou não as competências exigidas pelo posto de trabalho que o trabalhador vai ocupar (Artigos 45.º e seguintes), o qual em termos de duração varia em função da carreira e do correspondente grau de complexidade funcional.

Considerando que, face ao disposto no Artigo 46.º, sob a epígrafe «Avaliação do trabalhador durante o período experimental», ao acompanhamento, avaliação final, conclusão com sucesso e contagem do período experimental são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Durante o período experimental, o trabalhador admitido por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado é acompanhado por um Júri, especialmente constituído para o efeito, que procede no final à avaliação do trabalhador;
- b) A avaliação final toma em consideração os elementos que o júri tenha recolhido, o relatório que o trabalhador deve apresentar e os resultados das ações de formação frequentadas;
- c) A avaliação traduz-se numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se concluído com sucesso o período experimental quando o trabalhador tenha obtido uma avaliação não inferior a 14 ou 12 valores, consoante se trate ou não, respetivamente, de carreiras e categorias de grau 3 de complexidade funcional;
- d) O termo do período experimental é assinalado por ato escrito, que deve indicar o resultado da avaliação final;
- e) À constituição, composição e funcionamento e competência do Júri, bem como homologação e impugnação administrativa dos resultados da avaliação final dos trabalhadores admitidos em período experimental são aplicáveis as regras previstas para o procedimento concursal, constantes da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, com as necessárias adaptações.

Considerando, adicionalmente, que compete ao Júri do correspondente procedimento acompanhar a avaliação dos trabalhadores admitidos em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ainda que sujeitos a um período experimental destinado a comprovar se os trabalhadores possuem ou não as competências exigidas pelo correspondente posto de trabalho, bem como proceder à avaliação final, findo o correspondente período experimental.



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA-RELATÓRIO N.º 8

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM DE RECRUTAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO DE TÉCNICO SUPERIOR (ECONOMIA/CIÊNCIAS ECONÓMICAS) DA CARREIRA GERAL E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR

Aos 03 dias do mês de julho de 2023, reuniu o Júri do procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de **TÉCNICO SUPERIOR (ECONOMIA/CIÊNCIAS ECONÓMICAS) DA CARREIRA GERAL E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR** aberto por Aviso n.º 16217/2020, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 200, em 14/10/2020, aviso n.º 73/2020/DIGAT (publicação integral), afixado na página eletrónica, na mesma data e na Bolsa de Emprego, em 15/10/2020 com o código de oferta n.º OE202010/0504, constituído por:

Paulo Jorge Simões Hortênsio, Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças – Presidente do Júri;

Sílvia Maria Torrão Barbeiro, Chefe da Divisão de Contabilidade e Património do Departamento de Administração Geral e Finanças, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos – Primeiro Vogal Efetivo;

Marco Aurélio Galhavano Saraiva, Técnico Superior de Recursos Humanos – Segundo Vogal Efetivo

a fim de, terminado o período experimental dos trabalhadores admitidos no âmbito do presente procedimento concursal de acordo com o respetivo posicionamento constante da lista unitária de ordenação final, homologada por Despacho da Senhora Vice-Presidente, com competência delegada e subdelegada nos domínios dos Recursos Humanos, de 05 de maio de 2022, elaborar a avaliação do período experimental dos trabalhadores recrutados em 01 de junho de 2022, 01 de setembro de 2022 e 08 de setembro de 2022, respetivamente, traduzida numa escala de 0 a 20 valores, a qual ficou constituída da seguinte forma:

CORINA OTYBEL DUARTE DE NÓBREGA # 16,89 valores;
DEBÓRA JOSÉ FERNANDES GONÇALVES 16,77 valores;
RICARDO MANUEL DOS SANTOS FRANCISCO 16,89 valores.

Nota: # Candidato com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

Finalmente, o Júri, para cumprimento do disposto nos Artigos 22.º e 28.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, vai proceder à respetiva audição no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, dando-lhes conhecimento das classificações obtidas e no sentido de os mesmos se pronunciarem por escrito, querendo, no prazo de 10 dias úteis sobre as questões pertinentes que possam ser oferecidas, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

E não havendo mais nada a tratar se encerrou a reunião da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme vai ser assinada por todos os membros do júri presentes.

Presidente: _____

Vogal: _____

Vogal: _____

2023/07/03